



Roda da Fortuna

Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo

Electronic Journal about Antiquity and Middle Ages

Actas del II Congreso Internacional de Jóvenes Medievalistas Ciudad de Cáceres

La Guerra en la Edad Media: fuentes y metodología, nuevas perspectivas, difusión y sociedad actual

Bruno Gonçalves Alvaro¹

Um estudo sobre a atuação guerreira dos bispos-senhores nos séculos XI e XII: desmembramentos da pesquisa

A Study about the Military Actions of the Bishops-lords in the 11th and 12th centuries: dismemberment of research

Resumo:

A comunicação aqui apresentada tem por objetivo trazer à tona os primeiros apontamentos a respeito da atuação guerreira do episcopado no decorrer do século XI e XII levando em consideração a condição senhorial dos mesmos. Neste caso, os enunciados guerra e senhorio nos parecem ser o ponto de partida para analisar as relações de poder calcadas em negociações definidas graças ao posicionamento senhorial-episcopal de certos indivíduos. Está investigação em curso tem sido desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe onde atuo como professor e orientador de mestrado.

Palavras-chave:

Guerra; Senhorio; Episcopado.

Abstract:

This presentation have as aim to carry out and present the first appointments concerning to the warrior proceeding of the episcopate during the 11th and 12th centuries, according to your condition of landlord. In this case, the enunciation on war and seigniorship seems us the point of departure to analyse the relationship of power, which is based on negotiations according to the position as seigniorship and as episcopal of some characters. This research in course have been developed in the Programa de Pós-Graduação em História of the Universidade Federal de Sergipe, where I teaching in the Master programme.

Keywords:

War; Seigniorship; Episcopate.

¹ Professor Adjunto I de História Medieval no Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe. Pesquisador associado do Vivarium – Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo (www.vivariumhist.com).

Introdução

Os apontamentos que aqui apresento não possuem objetivos conclusivos, tampouco, sacramentarão respostas aos questionamentos que venho me debruçando. Em suma, não trago aqui aos colegas um fim de investigação. Mas, sim, o primeiro passo, as primeiras reflexões de um trabalho que me tomará fôlego, tempo e que, não tenho dúvidas, necessitará de maturação através de diálogo constante com outros pesquisadores.

Sendo assim, é fundamental salientar um agradecimento especial à Direção deste II Congreso Internacional de Jóvenes Medievalistas Ciudad de Cáceres pela oportunidade de interagir com a temática proposta neste corrente ano de 2013: *La guerra en la Edad Media: fuentes y metodología, nuevas perspectivas, difusión y sociedad actual*. Não obstante, minha exposição ter como pano de fundo as relações do que venho chamado de “poder senhorial-episcopal”, minha investigação em curso tem me levado a observar, cada vez mais, como a guerra na Idade Média, suas estratégias, relações firmadas, motivações e consequências influenciaram profundamente as relações de poder e os tensionamentos entre os diversos tipos de senhorio medievais e os poderes neles envolvidos.²

Como bem salientou Francisco García Fitz, seja qual for o período histórico e praticamente em todas as culturas, “las actividades guerreras y el entremado organizativo que las rodea han marcado, de manera más o menos profunda, el carácter de las relaciones sociales, el desarrollo de las instituciones (...)” (García Fitz, 1998: 9). Finalmente, ele alerta ao fato de que a influência da guerra na Idade Média alcançou níveis notáveis, estando imbricada de maneira densa nas esferas sociais (García Fitz, 1998: 9).

Ou seja, frente ao que foi afirmado acima, penso, deste modo, que estudar as relações mantidas nos senhorios episcopais deixando ausente a atuação militar dos bispos senhores, inclusive, melhor seria nos referirmos a eles como senhores bispos,³ é incorrer no equívoco de pensar que aquilo que se dá como óbvio não possui nas suas entrelinhas subsídios pertinentes para a problematização em História.

² A discussão sobre o senhorio na Idade Média é vasta e complexa, indicamos sobre o tema (Barthélemy, 2002: 465-476; Fontana i Lázaro, 1977; Guerreau, 1982; Guerreau, 2002: 19-30; Guerreau, 1998: 91-116; Sáez Sánchez, 2010).

³ Sobre este aspecto, que não é meramente semântico ou estilístico, me referirei de forma mais concreta no decorrer de meu texto.

Alvaro, Bruno Gonçalves
Um estudo sobre a atuação guerreira dos bispos-senhores nos séculos XI e XII:
desmembramentos da pesquisa

Em uma passagem que tenho considerado exegética sobre o quanto a prática militar episcopal influenciou nas relações de poder nos senhorios de bispos na Idade Média, o medievalista francês Marc Bloch nos alerta:

Não são precisos, acima de tudo, prelados capazes de governar e até de fazer a guerra? Bruno de Toul que, com o nome de Leão IX, se tornaria um papa muito santo, devia a sua sé episcopal, especialmente, às qualidades de que tinha dado provas como oficial de tropas. Às igrejas pobres, o soberano dá, de preferência, bispos ricos (Bloch, 1982: 388).

Ora, não há, certamente, nenhuma novidade de que bispos empunhavam com o mesmo fervor báculos e espadas. Entretanto, me questiono: até que ponto isto não influenciou suas relações/condições senhoriais? Ou seja, tomando de reboque a afirmação de Bloch: mesmo a elevação à condição episcopal, em alguns casos específicos, não teve o fazer a guerra, o atuar militarmente nas hostes, influência importante para o fortalecimento de um ou outro bispo? Não seriam antes de tudo senhores da guerra para serem melhores pastores de ovelhas e vice-versa?

Nesta breve apresentação, e na investigação que venho conduzindo, estas e outras perguntas têm norteado minhas reflexões. Alerto que minha análise está inserida num projeto de pesquisa mais amplo, iniciado em agosto de 2013 e intitulado: *Idade Média e Modernidade: Um estudo sobre as relações de poder na sociedade senhorial ibérica através da documentação e da historiografia*, vinculado ao Departamento de História e ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe.

Esse projeto tem como intuito principal analisar a documentação senhorial episcopal de diversas igrejas da Península Ibérica e verificar comparativamente como em cada uma delas relacionava-se com a monarquia castelhana entre os séculos XI e XIII e, conseqüentemente, como se davam os tensionamentos, negociações e relações de poder inerentes ao senhorio. Um de seus desdobramentos é justamente pensar a atuação dos bispos na guerra na Idade Média e como isso influenciou ou não na sua condição de senhores e na manifestação daquilo que entendemos como “poder senhorial-episcopal”.

Uma vez apresentada a problemática, destaco que este texto estará organizado em três partes, a primeira delas e que expomos logo a seguir, diz respeito ao conceito de poder que temos empregado aqui para pensar a atuação militar dos senhores bispos e o que temos entendido por “poder senhorial-episcopal”. Após isto, por questões óbvias de espaço apresentaremos a documentação de um dos casos específicos da nossa pesquisa em andamento: O senhorio episcopal de

Sigüenza. E concluiremos com uma rápida referência de seus bispos na guerra e o que consideramos como motivações para tal.

A alquimia entre o báculo e a espada: O poder senhorial-episcopal como exemplo de amálgama

Para mim, o principal ponto de partida para entender a atuação dos bispos nos conflitos armados na Idade Média, tem sido o senhorio. Eu tenho inferido que as relações firmadas entre bispados e monarquias – ou mesmo forças laicas locais – contribuíram de maneira substancial para a incursão episcopal na guerra.

Diante de tal realidade, três aspectos devem ser observados: 1) o senhorio – nas suas mais diversas facetas – como elemento chave das relações entre igrejas e monarquia; 2) a não desvinculação, na prática cotidiana, entre a atuação episcopal e senhorial no caso de dioceses senhorizadas e, com isso, 3) o poder senhorial-episcopal como resultado de tal fusão (atuação episcopal e senhorial de certo bispo).

Uma vez que o termo “poder” tem sido utilizado por mim na pesquisa como sinônimo das tensas relações que ocorrem dentro de algumas organizações sociais, na qual os interesses específicos são fomentados ao mesmo tempo em que, dialeticamente, reincidentem e transformam um universo mais amplo de interesses e propósitos socialmente partilhados, o poder senhorial-episcopal é o resultado da não separação, na prática cotidiana, do exercício de governo do Senhorio e da Diocese pelo bispo como uma coisa só.⁴ Ou seja, “separar” na análise das decisões oriundas das relações entre episcopado e monarquia a condição senhorial dos bispos a frente das dioceses, dotando de sentido meramente religioso e eclesiástico os posicionamentos dos bispados verificados na documentação, seria incorrer no erro de transpor para a Idade Média lógicas presentes apenas numa Modernidade já consolidada com instituições e suas funções bem definidas.⁵

O que estou afirmando de forma veemente é que o que tenho observado nas dioceses possuidoras de senhorios, os mais diversos possíveis, é que os bispos – e em alguns casos, também o cabido – não separam na prática o que é decisão meramente “diocesana” ou “meramente” administrativa.⁶

⁴ Sobre o conceito de poder adotado, ver Given (1997).

⁵ Ver sobre isso, por exemplo (Bobbio, Matteucci, Pasquino, 1998; Hespanha, 1994).

⁶ Aqui observa-se, por exemplo, como a dicotomia “eclesiástico” e “laico” não sempre foi tão bem definido como a historiografia nos dá a entender.

Alvaro, Bruno Gonçalves
Um estudo sobre a atuação guerreira dos bispos-senhores nos séculos XI e XII:
desmembramentos da pesquisa

Alguns autores, no excessivo cuidado na diferenciação entre diocese e senhorio, parecem ignorar um dado fundamental presente ao menos nos casos que tenho me deparado em minha pesquisa: a simbiose entre as funções senhoriais e episcopais quando o senhorio era entregue nas mãos de um bispo e no que isso acarretava. Ora, pensar, como identifiquei em alguns trabalhos, que no exercício prático os prelados diferenciavam ou separavam suas obrigações senhoriais-episcopais é, no mínimo, ilusório.

Adrián Blázquez Garbajosa afirma que:

Obispo y señor son, pues, dos poderes distintos aunque encarnados en este caso en una misma persona, al igual un señor laico podía ser al mismo tiempo miembro de un consejo de Castilla o corregidor de una ciudad sin que por ello existiese confusión de poderes entre sus posesiones señoriales y sus funciones en tanto que representante de la autoridad real. En el caso del obispo-señor la potestad eclesiástica representa, en cierto modo, la causa profunda de la donación señorial: al jefe religioso se le concede una potestad civil en la ciudad cabeza de su obispado, aumentando así su prestigio y engrandeciéndolo a la vista de sus feligreses. Esa misma deferenciación entre diócesis y señorío es aplicable sin duda, a todos los señoríos episcopales españoles (Blázquez Garbajosa, 1988: 58).

Apesar de eu reconhecer que diocese e senhorio são duas instâncias diferentes e, conseqüentemente, dois espaços de poder distintos, defendo, repito, que quando se encontram unidos nas mãos de um mesmo representante, o bispo, não há distinção prática no exercício da autoridade do poder senhorial. Por isso, inclusive, o denomino, de “poder senhorial-episcopal” e não apenas senhorial.

Assim, me vejo obrigado a matizar as considerações deste historiador espanhol, justamente por discordar da perspectiva de que estes “dois poderes distintos” no exercício cotidiano da autoridade senhorial-episcopal sejam distinguidos, separados pela *persona* que os detêm. Como eu disse anteriormente, insistir nesta perspectiva é, no mínimo, incorrer num equívoco.

Finalmente, considero que pensar o poder senhorial-episcopal como um amálgama, apresenta, no mínimo, duas vantagens substanciais para minha investigação: Possibilita-me reconhecer a especificidade de um campo de poder demarcado política e institucionalmente pela existência, por exemplo, da monarquia castelhano-leonesa, mas, ao mesmo tempo, indica que este campo só alcança sentido se compreendido nas tensões decorrentes da condição senhorial dos envolvidos, uma vez que não podemos ignorar que a monarquia também era possuidora de senhorios na Idade Média.

Alvaro, Bruno Gonçalves
Um estudo sobre a atuação guerreira dos bispos-senhores nos séculos XI e XII:
desmembramentos da pesquisa

Por fim, em segundo lugar, a vantagem de perceber que o poder senhorial-episcopal é a assimetria de posições sociais e diferença de interesses, logo, uma arena aberta ao conflito e à luta. Entretanto, pressupõe, ao mesmo tempo, cooperação, solidariedade, envolvimento e aproximação.

Assim, eu defendo que o senhorio é um dos elementos chave para entendermos os muitos motivos da incursão dos bispos na guerra na Idade Média, pois, como afirma Given:

Lordship is probably one of the first social bonds that springs to mind when we think about medieval social solidarities. It is a complex phenomenon, embracing a wide variety of relationships. These range from intimate, face-to-face ties of a master and his household retainers to the highly formalized, and often emotionally distant, relationships of a great prince and his subjects (Given, 1997: 169-170).

A seguir exemplificarei a manifestação do poder senhorial-episcopal e suas relações com a atuação dos bispos na guerra tomando por base o caso da diocese de Sigüenza e sua documentação.

Um estudo de caso: O *corpus* documental seguntino

A documentação diplomática da diocese de Sigüenza não recebeu, ainda hoje, um estudo crítico específico após a sua publicação por Toribio Minguella y Arnedo, em 1910, como anexo de sua *Historia de la Diócesis de Sigüenza y sus Obispos* (Minguella y Arnedo, 1910: 347-389). Seu cartulário foi estudado por Carlos Sáez Sánchez em dois artigos específicos: *Ordenar y conservar en la catedral de Sigüenza (siglos XII-XIII)*, de 2001, e *Orden, conservación y ostentación: el cartulário de la catedral de Sigüenza (c. 1212)*, publicado em 2006 (Sáez Sánchez, 2001: 75-92; Sáez Sánchez, 2006, 171-199).

Nestes textos, o pesquisador ressalta que “a pesar de la riqueza de su fondo de manuscritos medievales, que se remontan hasta el siglo X, la biblioteca capitular de Sigüenza no goza de la fama de otras españolas” (Sáez Sánchez, 2006: 172), como, por exemplo, Toledo, Sevilha ou mesmo Santiago de Compostela. Carlos Sáez Sánchez identifica esse problema de isolamento e falta de “divulgação” documental à situação geográfica dessa cidade de raiz medieval longe das principais via de comunicação (Sáez Sánchez, 2006: 172).

Esses artigos, assim como, por exemplo, os publicados por Almudena E. Gutiérrez García-Muñoz (García-Muñoz, 2002: 133-142; García-Muñoz; Sáez Sánchez, 2002: 105-116),⁷ têm a peculiaridade de por em pauta a importância e riqueza dos arquivos seguntinos, destacando, fundamentalmente, os do período medieval. Contudo, não apresentam nenhum estudo crítico da documentação propriamente dita.

Não buscarei aqui realizar uma arqueologia da documentação seguntina. Por este motivo, me fixarei, exclusivamente, na chamada *Colección Diplomática* presente no livro já citado *Historia de la Diócesis de Sigüenza y sus Obispos*, publicado por Toribio Minguella y Arnedo. Este extenso trabalho é, ainda hoje, a mais completa síntese que se pode ter acesso sobre a história do referido bispado e sua cidade na Idade Média. Como ressaltado, ele foi escrito pelo filólogo espanhol e bispo de Sigüenza, Minguella y Arnedo, entre 1910 e 1913 (Minguella y Arnedo, 1910; Minguella y Arnedo, 1912; Minguella y Arnedo, 1913).

O que me interessa aqui é ressaltar a importante compilação documental empreendida por Minguella y Arnedo, que não consta como novidade, vide o trabalho de Antonio Carrillo de Mendoza, do século XVIII (Carrillo de Mendoza, s/d),⁸ mas que é sem dúvidas a mais completa ainda hoje. Somente no volume I são apresentados 273 documentos, alguns transcritos do *Cartulário* da Catedral de Sigüenza e outros a partir dos pergaminhos soltos preservados no arquivo diocesano. Eles estão presentes nos anexos intitulados *Apéndices* e *Colección Diplomática*. No volume II são mais 179, sem contar uma lista com mais 19, à parte, como um complemento à coleção, mas que não foram copiados “por parecermos de menos importancia”, conforme afirma o autor (Minguella y Arnedo, 1912: 673). Ou seja, desta maneira, são um total de 452 documentos, que vão do ano de 1124 a 1529. Não sabemos os motivos pelos quais o terceiro volume da obra não segue o mesmo padrão das demais, não contendo, assim, os *Apéndices* e a *Colección Diplomática*.

A *Colección Diplomática*, na qual estão inseridos os documentos que tenho utilizado em minha pesquisa, corresponde ao anexo final do Tomo I do livro

⁷ Destaco, também, porém em uma linha mais voltada para a divulgação do Arquivo Municipal de Sigüenza, os artigos da arquivista seguntina (Donderis Guastavino, 2009: 31-32; Donderis Guastavino, 2007: 38-39; Donderis Guastavino, 2007: 473-482).

⁸ Encontrei algumas discrepâncias sobre o real título da obra. O nome *Memórias para la Historia...* aparece na quarta folha do manuscrito, após o “*Índice de los documentos contenidos en neste volumen*”, porém, no *Diccionario bibliográfico-histórico*, escrito por Tomaz Muñoz y Romero, o título é bem mais extenso, no entanto, a descrição de onde encontrava-se o manuscrito confere com aquela disponibilizada por Minguella y Arnedo em seu livro, assim, como as informações por mim levantadas no Banco de Dados da Biblioteca Nacional de España. Porém, o manuscrito, no site da instituição e sua disponibilização digitalizada, está nomeado como *Documentos de la Iglesia de Sigüenza*. Utilizo esta nomenclatura quando nos referimos a obra. Ver sobre isso (Muñoz y Romero, 1858: 248).

Historia de la Diócesis de Sigüenza y de sus Obispos. Com um total de 265 documentos datados entre 1124 a 1300, esta parte da obra de Toribio Miguella y Arnedo cobre um longo período da história diplomática seguntina, tanto de seu senhorio como da diocese em si.

Grande parte dos textos compilados por Miguella y Arnedo foram retirados do cartulário da Catedral de Sigüenza que, como destaca Carlos Sáez Sánchez, é datado de princípios do século XIII (Sáez Sánchez, 2006: 171, 185). Em termos quantitativos, em relação à origem dos textos copiados por Toribio Minguella y Arnedo na *Colección Diplomática*, verifica-se o seguinte parâmetro: do total por mim estudado, 24 documentos são oriundos do cartulário redigido em meados do XIII, a mando do bispo seguntino Rodrigo; 7 copiados de manuscritos soltos presentes também no arquivo diocesano seguntino; dois não possuem identificação de origem (Docs. VI e XIV) e um (Doc. XVII) é assinalado como copiado do original e do cartulário, muito provavelmente pelo fato de Minguella y Arnedo ter cotejado os dois exemplares do material.

Como afirma Sáez Sánchez, os cartulários são livros nos quais se copiavam os documentos recebidos por algumas instituições. Eles são um fenômeno europeu que surge no século X e, ao que tudo indica, na *Hispania* em finais do século XI, sendo utilizados até o XIX (Sáez Sánchez, 2006: 175). Sua elaboração relaciona-se, na Europa, a um movimento reformador que consiste na ordenação e sistematização dos benefícios eclesiásticos, com o objetivo de fazer frente às usurpações laicas (Sáez Sánchez, 2006: 185; Sáez Sánchez, 2005, 37-48). No caso hispânico, defende-se, como possível origem para os cartulários, a ilegibilidade da escrita visigótica dos pergaminhos originais para os clérigos dos séculos XII e XIII e da instabilidade política dos reinos de Castela e Leão, o que aconselhava fazer uma cópia de segurança dos pergaminhos soltos (Sáez Sánchez, 2006: 171-199).

No caso do de Sigüenza, o autor dá notícias que o seu mais antigo códice diplomático, ainda preservado no *Archivo Histórico Diocesano de Sigüenza*, data, como já ressaltado, do século XIII (Sáez Sánchez, 2006: 172). Mesmo não sendo meu intuito empreender aqui um estudo da biblioteca e do cartulário do arquivo da Catedral seguntina, trabalho já realizado por Carlos Sáez Sánchez e Almudena E. Gutiérrez García-Muñoz (García-Muñoz, 2002: 133-142), cabem alguns esclarecimentos.

Como ressalta Sáez Sánchez, a personalidade e o alto nível cultural dos primeiros prelados seguntinos, de origem francesa, podem ser consideradas as bases sobre as quais se assentou a rica biblioteca da catedral, cujo núcleo original está formado por um acervo de livros trazidos da Aquitânia pelo bispo Bernardo de Agén. Para ele, isso justifica, por exemplo, a presença de códices escritos em *carolina*, letra que não era mais utilizada no momento em que a sede foi conquistada das mãos islâmicas (Sáez Sánchez, 2006: 172). Entre os séculos XII e XIV, a biblioteca de Sigüenza chegou a possuir 280 livros. Segundo Sáez Sánchez, atualmente o

Alvaro, Bruno Gonçalves
Um estudo sobre a atuação guerreira dos bispos-senhores nos séculos XI e XII:
desmembramentos da pesquisa

arquivo da catedral conta com mais de cem manuscritos medievais, no entanto, falta ser feito um inventário completo e atualizado (Sáez Sánchez, 2006: 173).⁹

Como destacado por Almudena E. Gutiérrez García-Muñoz:

Los códices diplomáticos son libros de especial interés en la sociedad y cultura medieval debido a su vital importancia en los procesos de conservación, transmisión y utilización práctica de documentos por las instituciones productoras (García-Muñoz, 2002: 133).

Criado por iniciativa do bispo seguntino Rodrigo, que esteve à frente da diocese entre 1192 e 1221, o cartulário da Catedral de Sigüenza é o resultado de pelo menos três fases diferentes. A primeira delas compreendeu o período de 1207-1212, no qual se realizou a cópia da maior parte da documentação, que inclui os documentos do período de Bernardo de Agén até 1212. A segunda fase encerra-se em 1250, enquanto a última se prolonga a partir dessa data adentrando o período moderno (García-Muñoz, 2002: 134).

Em seus estudos sobre o cartulário medieval seguntino, Carlos Sáez Sánchez faz interessantes considerações sobre sua composição e que agora sintetizo. Para este autor, as motivações da elaboração de tal projeto por parte deste bispo de Sigüenza estão inseridas nos aspectos que já ressaltai anteriormente. Porém, cabem mais algumas observações. Como alertado, um dos motivos atribuídos à criação dos cartulários era evitar frequentes perdas, motivadas por roubo, descuido no manuseio, incêndios, para preservar os originais, etc.

No entanto, Sáez Sánchez afirma que somado a essas questões práticas e àquelas de cunho de instabilidade política, deve-se adicionar certo desejo de ostentação por parte das dioceses. Ele demonstra isso, por exemplo, através de outro cartulário, o *Tumbo A* da Catedral de Santiago de Compostela, confeccionado em 1129 (Sáez Sánchez, 2006: 185).

Segundo o historiador espanhol, em seu prólogo se alude tanto a ilegibilidade das escrituras como a perda das mesmas para justificar a elaboração do cartulário. Contudo, para ele, parece evidente, também, a já referida vontade de expor a grandeza da sede compostelana, que mediante os adornos e miniaturas presentes no códice, pretendia mostrar a riqueza da nova dignidade arcebispal que havia sido

⁹ Como alertado pelo autor, o último inventário publicado data de 1926, ou seja, antes da Guerra Civil espanhola, momento que a igreja de Sigüenza foi demasiadamente prejudicada. Seu arquivo e biblioteca foram atingidos por várias bombas, o prédio foi praticamente destruído e tem-se conhecimento que, no período, diversos livros e documentos foram soterrados com os combatentes que se protegiam no local. Ver também (Manrique García, 2009).

Alvaro, Bruno Gonçalves
Um estudo sobre a atuação guerreira dos bispos-senhores nos séculos XI e XII:
desmembramentos da pesquisa

dotada alguns anos antes, em 1120 (Sáez Sánchez, 2006: 185-186). Deste modo, por analogia, o pesquisador considera ser o mesmo caso para a elaboração do cartulário de Sigüenza.

No que diz respeito à sua utilização, por comportar em apenas um volume grande parte da documentação diplomática da diocese, sua consulta se torna facilitada. Isso demonstra, entre outras coisas, que, apesar de símbolos de ostentação, os códices também eram ferramentas de utilização cotidiana. Como afirma Carlos Sáez Sanchez, “las muchas anotaciones marginales que suele haber en los cartularios hispanos puebran que eran libros que se utilizaban constantemente” (Sáez Sánchez, 2006: 186; Sáez Sánchez, 1999: 899-916).

Porém, sobre o cartulário de Sigüenza:

Sigue por tanto el modelo de los libros universitarios nacidos en París, Bolonia y Oxford, cuyo fin es el estudio y la consulta. En ellos era necesario poder encontrar con facilidad cualquier parte de su contenido, hecho que constituye su primer objetivo. [...] el libro seguntino conserva una fuerte tradición altomedieval. Su ornamentación es remarcable, por lo cual no es del todo un libro utilitario, sino un libro-tesoro como otros muchos altomedievales, con una finalidad de ostentación del comitente, [...]. Por tanto, algunos de sus elementos sirven para ambos fines, utilidad y ostentación: las iniciales que alternan rojo y azul sirven tanto para uso y facilidad de búsqueda como para crear un libro lujoso. Por otra parte, y a diferencia de otros cartularios hispanos, no ha sido casi usado, pues sus márgenes se conservan intactos y en muy buen estado. Las anotaciones que hay son más bien escasas y la inmensa mayoría modernas, de los siglos XVI al XVIII. Es por tanto un libro destinado a perpetuar el saber pero no para ser consultado, mientras que los nuevos libros que nacen al calor de las universidades son libros para ser leídos y para transmitir su contenido. Los centros eclesiásticos de la alta edad media se limitan a custodiar los libros pero el nuevo libro escolástico conserva, transmite y divulga el saber. El cartulario seguntino se encuentra por tanto entre ambos conceptos (Sáez Sánchez, 2006: 187-188).

No caso seguntino, observa-se que seu cartulário foi confeccionado para conservar os direitos dos cônegos e dos bispos da catedral, ou seja, ele tem um fim jurídico bem específico, além de se enquadrar na situação ao qual estão relacionados os seus prelados: o duplo exercício como senhores e bispos. Nada mais justificável que o bispo Rodrigo de Sigüenza, frente à instabilidade do reino de Castela naquele momento, buscasse certa segurança ao copiar e compilar os pergaminhos soltos com os vários privilégios obtidos até aquele momento.¹⁰

¹⁰ Um fato que corrobora com a ideia são as diversas referências em concílios dos séculos XI ao XIII à usurpação de bens da Igreja por parte dos senhores laicos.

Alvaro, Bruno Gonçalves
Um estudo sobre a atuação guerreira dos bispos-senhores nos séculos XI e XII:
desmembramentos da pesquisa

Em resumo, os cartulários, de maneira geral, podem ser entendidos em suas funções práticas: serviam para guardar os documentos referentes aos direitos adquiridos de forma organizada, prestavam à conservação da memória e, por fim, ostentavam a grandeza e riqueza das dioceses (Mendo Carmona, 2005: 119-137). Nesse último quesito, mais uma vez, há um aspecto que deve ser abordado.

Os bispos de Sigüenza entre os séculos XII e XIII gozavam de certo prestígio junto à coroa castelhana-leonesa, o que pode ser atestado por meio da sua presença em eventos decisivos e marcantes da política monárquica: a conquista de Cuenca (1177), batalhas de Alarcos (1195) e Las Navas de Tolosa (1212). Isso demonstra, entre outras coisas, que a atividade senhorial dos seus bispos na guerra não se restringiu a Bernardo de Agén, que como demonstrarei, é considerado o reconquistador da cidade de Sigüenza. Demonstra também, como afirma Sáez Sánchez, que suas relações com a instituição monárquica foram constantes, como evidencia a abundante documentação real existente no arquivo de sua catedral (Sáez Sánchez, 2006: 191).

Por fim, tanto a respeito do constante diálogo com a monarquia de Castela e Leão, como sobre o aspecto de “ostentação” na origem do cartulário seguntino:

Este obispo [Rodrigo] se sabe inferior frente a las figuras de sus predecesores. No olvidemos que Bernardo de Agen, además de primer obispo de la diócesis fue canceller y capelán de Alfonso VII; Cerebruno, tutor de Alfonso VIII y arzobispo de Toledo, tras abandonar Sigüenza; y sus más inmediato predecesor, San Martín de Finojosa, fue uno de los primeros abades del monasterio de Santa María Huerta y muy cercano a la curia pontificia. Don Rodrigo, aunque personaje notable también en su momento gracias a su participación en batallas tan importantes como las de Alarcos y las Navas de Tolosa, no alcanza la categoría de sus predecesores. Durante su prelatura la reconquista ya había concluido prácticamente en su entorno, por lo que Sigüenza pierde su valor estratégico y la posibilidad de aumentar territorios a costa de los musulmanes. Una vez limitada la expansión exterior, los ojos de don Rodrigo se vuelven hacia el interior de su diócesis y comienzan a mediar en disputas, internas o con diócesis contiguas, en las que el obispo aparece ya sea como parte implicada o como juez (Sáez Sánchez, 2006: 192).

Sendo assim, evidencia-se que a criação do cartulário está vinculada à necessidade do bispo Rodrigo de Sigüenza perpetuar sua memória junto a de seus antecessores, que como demonstrado pelo autor, estiveram nos grandes círculos de

Alvaro, Bruno Gonçalves
Um estudo sobre a atuação guerreira dos bispos-senhores nos séculos XI e XII:
desmembramentos da pesquisa

poder do período. Fora isso, saliento, ainda, a importante informação relacionada à gradual perda de importância estratégico-militar no processo de avanço territorial sofrida pela diocese seguntina após Las Navas de Tolosa.¹¹

Finalmente, Carlos Sáez Sánchez, em seu estudo detalhado do cartulário produzido a mando de Rodrigo de Sigüenza, incluindo sua descrição física, destaca, por exemplo, que sua análise possibilita inferir sobre a estrutura hierárquica do arquivo seguntino, uma vez que o cartulário divide-se na seguinte ordem:

A – os documentos dos reis castelhanos, máximos benfeitores da diocese de Sigüenza;

B – os diplomas papais, uma vez que os pontífices romanos só beneficiaram a igreja de forma escassa e distante. Sem contar que se tratam de documentos que se referem a pleitos relacionados a limites de fronteiras com outras dioceses, inclusive ocasiões em que Sigüenza saiu derrotada, o que explicaria que os representantes de São Pedro tenham sido relegados a segundo plano na organização do cartulário;

C – documentos emitidos pelos próprios bispos e pelos cônegos da catedral (Sáez Sánchez, 2006: 176).

Os artigos de Carlos Sáez Sánchez e Almudena E. Gutiérrez García-Muñoz são sugestivos para aqueles que se interessam pelo estudo das transmissões de textos na Idade Média e, ao mesmo tempo, possibilita um conhecimento maior da organização original do *corpus* documental aqui apresentado.

Retomando à *Colección Diplomática*, Toribio Miguella y Arnedo não reproduz a organização apresentada acima. Ao contrário, ele procura uma ordem cronológica para a sua compilação documental. Em todo caso, isso não tem sido prejudicial à pesquisa, já que meus objetivos não se assemelharam com os estudos empreendidos por Sáez Sánchez e García-Muñoz.

Minguella y Arnedo tem a preocupação de nomear e numerar os documentos copiados, alguns, não sei se por erro de redação ou impressão, apresentam alguns equívocos nas datas.¹² No decorrer das nossas traduções do latim para o português, foram verificadas, também, problemas na grafia de algumas palavras.

¹¹ Um interessante estudo sobre essa conhecida batalha foi publicado em 2005, por Francisco García Fitz (García Fitz, 2008).

¹² Por exemplo, Minguella y Arnedo assinala uma data e ano no seu título dado ao documento, porém, quando verificamos a datação no conteúdo do texto, verificamos outra. Já que não tive acesso aos manuscritos, tanto do cartulário como os pergaminhos, só posso inferir que ocorreu algum tipo de descuido do autor em algumas das cópias que realizou.

O conteúdo geral da coleção documental seguntina, como de costume, trata de doações diversas, cartas de compra, concórdias, etc., e, ainda, algumas cartas papais, no entanto, têm possibilitado, principalmente, por meio de cotejamento com documentos cronísticos, que eu analise a importância da condição senhorial dos bispos seguntinos na guerra.

Bernardo de Agén: o bispo reconquistador de Sigüenza

A província de Sigüenza está localizada na região central da Comunidade Autónoma de Castilla-La Mancha. Tal cidade, atualmente pertencente à província de Guadalajara, faz fronteira, principalmente, com o município de Atienza, pertencente à mesma comunidade autónoma, e Medinaceli, município pertencente à província de Sória. Hoje, com uma população de, aproximadamente, 4.960 habitantes e compreendendo uma superfície de 386,87 Km², ela sobrevive, em grande parte, por meio da agricultura e do turismo.¹³ No entanto, esta cidade da Espanha ainda guarda resquícios, ao menos arquitetônicos, de sua origem medieval, quando sua diocese, atualmente denominada Sigüenza-Guadalajara,¹⁴ manteve estreitas relações com a monarquia castelhana-leonesa na Idade Média Central Ibérica (Gordo Molina, s/d).

Os limites geográficos de Sigüenza na Idade Média Central foram basicamente os mesmos apresentados acima, mas a origem da diocese seguntina remete-se aos tempos romanos, estimando-se que, até a chegada dos muçulmanos, no século VIII, houve sete bispos documentados (Flórez, 1752: 122-128; Minguella y Arnedo, 1910: 11-17). Sua história no medievo gira em torno, essencialmente, da sua liberação do domínio islâmico, empreendida pelo bispo eleito Bernardo de Agén (1123 ou 1124), da constituição do senhorio episcopal, criado oficialmente em 1138, por uma doação de Alfonso VII, e por suas estreitas vinculações com a corte castelhana-leonesa (Sáez Sánchez, 2006: 171-199).

Sobre a senhorização episcopal e, para mim, a consequente problemática da atuação militar dos bispos, me remeto diretamente, como ponto de partida, àquilo que Salvador de Moxó considerou terem sido as causas que impulsionaram a criação de senhorios, principalmente no século XII.

¹³ Cf. Informações consultadas, principalmente, na página oficial da cidade: *Sigüenza: portada*: <http://www.siguenza.es/>. Último acesso: 01 de outubro de 2013.

¹⁴ Por meio de uma bula emitida por João XXIII, de 9 de março de 1959, o primitivo nome da diocese de Sigüenza (*Segontia*) se juntou ao de Guadalajara.

Alvaro, Bruno Gonçalves
Um estudo sobre a atuação guerreira dos bispos-senhores nos séculos XI e XII:
desmembramentos da pesquisa

Para ele, deve-se levar em consideração o notável avanço da *Reconquista*, desde os anos finais do século XI, e a necessidade de repovoamento do planalto ao Sul e do Vale do Ebro. Somado a isso, a criação das Ordens Militares, que imediatamente convertem-se em titulares de extensos e numerosos senhorios e a fixação na Península Ibérica da Ordem de Cister com a criação de importantes abadias são fatores que favoreceram a doação de senhorios. Finalmente, não menos importante, o influxo feudal ultrapirenaico através da casa de Borgonha que começa a reinar em Castela e Portugal (Ortiz de Villajos, 2000: 137-204).

Salvador de Moxó afirma que:

Mientras los tres primeros factores favorecieran la constitución de señoríos, contribuyendo a su difusión geográfica en España, el último afectó a la evolución interna de la institución señorial, que con el incremento de las inmunidades jurisdiccionales engloba una serie de funciones públicas (Ortiz de Villajos, 2000: 137-204).

Como muito bem ressaltou Francisco García Fitz, o processo de *Reconquista*, se entendido como uma atividade que, em certo momento, alcançou um aspecto de sacralidade tão elevado, que em termos de formação ideológica converteu-se em uma guerra santa, não contasse apenas com o patrocínio da Igreja, mas, também, com a participação ativa e direta do clero (García Fitz, 2010: 157). Deste modo, este medievalista espanhol afirma que:

La figura del obispo-guerrero resulta relativamente frecuente en el ámbito hispánico y, particularmente, en el contexto de la lucha contra el islam, si bien la participación de dignidades eclesiásticas en conflictos contra cristianos tampoco resulta extraña. Quizás la imagen del obispo Jerónimo que se ofrece en el *Cantar de Mio Cid* no pueda ser considerada como un modelo aplicable al resto de la jerarquía hispánica, ni siquiera a aquellos personajes eclesiásticos que llegaron a tener una implicación más asidua en las cuestiones militares. (...) Ciertamente, quizás no deba suponerse que la participación habitual de los obispos y otros hombres de Iglesia en las guerras fuera siempre tan personal, directa y cruenta como expone el poeta, pero desde luego existe constancia suficiente para afirmar que los clérigos iban armados a los combates con un equipamiento equiparable al de cualquier otro guerrero: lanzas, escudos, espadas, cotas de malla, caballos, arneses... (García Fitz, 2010: 157-159).

Estou de pleno acordo com o autor, inclusive a ponto de defender em minha fala que Bernardo de Agén, bispo reconquistador de Sigüenza, está inserido neste contexto por ele apresentado, assim como, tantos outros bispos (Diego Gelmírez, Rodrigo Jiménez de Rada, etc.). E defendo que juntamente ao processo de *Reconquista*, cuja participação episcopal foi marcante, o senhorio deve ser adicionado

Alvaro, Bruno Gonçalves
Um estudo sobre a atuação guerreira dos bispos-senhores nos séculos XI e XII:
desmembramentos da pesquisa

como elemento agregador de interesse por parte dos bispos em tal empreitada militar, ao menos, entre os séculos XI e XII e, talvez, mesmo com uma recorrência menor, no século XIII.

Um documento datado de 1º de fevereiro de 1124, parece atestar, conforme a tradição seguntina, a participação direta e efetiva de Bernardo de Agén na reconquista da cidade que viria ser a capital de seu senhorio episcopal:

Em nome da santa e indivisível trindade do pai e do filho e do espírito santo amém. Eu Urraca pela graça de Deus Rainha da Espanha, filha do Rei Afonso e da Rainha Constanza, considerando a grande penúria da Igreja de Sigüenza a qual, pela impiedade dos pecados emergentes dos sarracenos, havia sido por muito tempo destruída e também completamente devastada durante quatrocentos anos, dão e concedo sem dúvida a décima parte de todo o portazgo, de todos os quintos, de todas as alcavalas de Atienza e de Medinaceli ao senhor bispo Bernardo e a seus sucessores por direito hereditário perpetuo; faço isto, no entanto, de bom grado e espontânea vontade em prol da remissão dos meus pecados e como remédio das almas do meu pai e minha mãe, de boa memória, o rei Afonso e a rainha Constanza. Se ainda qualquer um, homem ou mulher de minhas propriedades ou de qualquer outro lugar, tiver vontade de violar este escrito ou por ventura efetivamente violar – seja excomungado e separado pelos limites da Santa Madre Igreja e, como Datã e Abirão, os quais a terra engoliu vivos [e que] pelas penas perpétuas foram condenados – e, acima de tudo, aquele que tiver enfraquecido a voz da supracitada igreja e defender essa situação pague mil libras de puríssimo ouro e que esta carta firmada permaneça por todo o tempo. Carta feita no primeiro dia de fevereiro – ERA 1162. Eu, a supracitada rainha Urraca, mandei fazer esta carta e pela própria mão a emiti.¹⁵

Penso que além da reconquista de Sigüenza ter sido encabeçada pelo bispo, o que reafirma o que citamos de Bloch e García Fitz, o senhorio outorgado ao bispo posteriormente, o mantém na órbita das atividades militares da fronteira,

¹⁵ “In nomine sancte et individue trinitatis patris et filii et spiritus sancti amen. Ego urra dei gratia hispanie Regina. regis adefonsi Regineque. costantie filia. considerans nimiam paupertatem Segontine ecclesie que impietate sarracenorum peccatis exigentibus quadringentis annis et eo amplius destructa dessolata funditus extiterat, decimam partem de toto portatico et de totis quintis. et de totis alquavalas de atenia et de medina celim ei et ejusdem sedis episcopo domino videlicet bernardo ejusque successoribus in perpetuum jure hereditario dono et concedo, hoc autem facio grato animo et spontanea voluntate pro remissione peccatorum meorum et remedio animarum patris et matris mee bone memorie Adenfonsi regis et regine constanie. Si quis vero vir vel femina de genere meo aut de alio aliquo hoc scriptum violare voluerit. vel forte violaverit. – sit excommunicatus et a liminibus sancte Matris ecclesie separatus et cum datan et abiron quos vivos terra obsorbuit penis perpetuis deputatus et cum juda traditore in inferno inferiori sine fine dampnatus. – et insuper illi qui predictae ecclesie vocem tenuerit et causam defenderit mille libras purissimi auri persolvat et hec carta firma maneat omni tempore”. Doc. I – 1 de Fevereiro de 1124 (Minguella y Arnedo, 1910: 347). Tradução e revisão para o português: Marcelo Pereira Lima e Bruno Gonçalves Alvaro.

Alvaro, Bruno Gonçalves
Um estudo sobre a atuação guerreira dos bispos-senhores nos séculos XI e XII:
desmembramentos da pesquisa

principalmente, graças os diversos conflitos enfrentados por Alfonso VII nos subsequentes anos e que geravam a necessidade de apoio e constantes relações de negociação entre ele e o bispo Bernardo de Sigüenza (Alvaro, 2013).

Finalmente, para não me fixar apenas nos anos iniciais do senhorio episcopal de Sigüenza e a atuação de seus bispos na guerra, é possível rastrear, em outro momento, mais um senhor episcopal seguntino em evidência bélica:

Em nome de Deus. Que seja conhecido pelos presentes e pelos que virão que eu R[odrigo], bispo de Sigüenza, partindo em expedição contra os sarracenos, recebo do capítulo da igreja segontina, mutuamente, Mil maravedises de *maior dominus* e os setecentos [maravedises] de *camerarius*, pelos quais obrigo aos mesmos as minhas heranças de peregrino e [as existentes ainda] em Romanones, de tal modo que recebam integralmente os frutos daqueles [bens], excetuados os mencionados maravedises, e estabeleço o prior, em nome do capítulo, em posseção das mencionadas heranças. Em testemunho destas obrigações faço a presente página e a confirmo com o acréscimo de nosso sinal. Carta [de doação] feita em Sigüenza no ano de 1234 da Era.¹⁶

Em suma, verifica-se que os bispos de Sigüenza estiveram atentos e ligados às conjunturas políticas dos séculos XII e XIII e, de certo modo, apesar da inexistência da diocese seguntina, também no século XI. Digo isso, pois, a retomada da cidade de Sigüenza esteve estritamente relacionada ao contexto político que nos remete, ainda, a Alfonso VI e que se arrastará até os primeiros anos de consolidação do reinado de seu neto, Alfonso VII, que, coincidentemente, caminham paralelamente à restauração da diocese seguntina e ao desenrolar do governo do seu primeiro bispo, o já citado Bernardo de Agén.

Alguns historiadores defendem que as primeiras grandes incursões para efetiva “libertação” seguntina ocorreram com Fernando I (Martínez Gómez-Gordo, 1985: 65-68; Minguella y Arnedo, 1910; Sevilla Muñoz, 1985: 43-56). No entanto, não fundamentam seus argumentos em nenhuma documentação, ou pelo menos não deixam isso claro. De qualquer maneira, devido à sua posição estratégica e ao processo de expansão territorial empreendido pelo monarca supracitado, é possível que a cidade de Sigüenza tenha sido alvo de interesse militar da coroa castelhana-

¹⁶ “In dei nomine. Notum sit presentibus et futuris quod ego R. Segontinus episcopus vadens in expeditione contra sarracenos accipio mutuo a capitulo segontine ecclesie m. morabentinos de maior domia et septingentos de camareria pro quibus obligo illis hereditates meas peregrina et Romanones ita videlicet ut fructus earum percipiant in solum doc predictos morabentinos integre percipiant et mitto priorem nomine capituli in possessionem predictarum hereditatum. In testimonium igitur hujus obligationis presentem paginam facio et eam sigilli nostri appositione confirmo. Facta carta segontie sub era m^a cc^a xxx^a iii^a”. Doc. CXXVII – 1196. (Minguella y Arnedo, 1910: 484). Tradução para o português: Leandro Duarte Rust.

leonesa no período que antecedeu a coroação de Alfonso VI e que em algum momento desse governo tenha entrado em pauta alguma incursão armada.

Outra missão bélica, que diversos historiadores se referem como uma possibilidade de avanço territorial-militar que incluiria Sigüenza, é a informada de maneira indireta no *Poema de Mio Cid*, datado do século XIII, mas que narra acontecimentos que teriam ocorrido nos anos finais do XI. Como informa Adrián Blázquez Garbajosa:

En efecto, siguiendo el itinerario geográfico del *Cantar del Mío Cid*, Rodrigo Díaz de Vivar, en compañía de su pariente Alvar Fáñez de Minaya, cruzando el Duero, entró por tierras de la actual Guadalajara: por tierras de Miedes se dirigió a Castejón de Henares, cuyo castillo tomó por sorpresa. Continuó después río Henares arriba, pasando y atacando quizá a Sigüenza, y siguiendo por tierras aragonesas tomó Molina (Blázquez Garbajosa, 1985: 35-42; *Poema de Mio Cid*, 2001: 160-165).

Apesar do poema ter sido redigido posteriormente ao final do século XI, diversos pesquisadores, como o próprio Blázquez Garbajosa, assinalam que Sigüenza pode ser inserida no itinerário *cidiano*. No entanto, defendo que tal postura deve ser matizada, já que nem ao menos o nome da cidade aparece no documento, diferentemente, por exemplo, da citada Guadalajara ou ainda Calatayud. Mas, como afirmei anteriormente, a probabilidade de Sigüenza ter estado em pauta na expansão territorial, seja de Fernando I ou de seu filho Alfonso VI, não está fora de cogitação, adequando-se às informações documentais e historiográficas sobre o século XI.

Por sua vez, Carlos Manuel Reglero de la Fuente, ao analisar o papel dos bispados dos reinos ocidentais hispânicos, principalmente os de Leão, Portugal e Navarra, no que ele denomina de “reforma da Igreja nos séculos XI e XII”, demonstra que a primeira fase do reinado de Alfonso VI pode ser caracterizada por uma volta a política diocesana empreendida por seu pai, Fernando I (Reglero de la Fuente, 2005: 195-288). Segundo o autor, no governo alfonsino não foram criadas novas sedes, na verdade, algumas já existentes foram, inclusive, suprimidas. Até o falecimento deste monarca, seu reino contava com 16 sedes, das quais somente duas tinham precedentes visigodos – Oviedo e Leão – e apenas outras duas dioceses haviam sido restauradas durante seu reinado: Osma e Salamanca (Reglero de la Fuente, 2005: 203-204).

Conclusões de momento

Como afirmei no início do texto, não se trata aqui de prestar contas definitivas ao que venho objetivando pesquisar. Porém, dois pontos de defesa torno

públicos: Em primeiro lugar, deixo claro que em minha opinião a atuação episcopal na guerra medieval deve ser analisada não só à luz do processo de *Reconquista*. Creio que isto possa ser o ponto de partida, porém, a condição senhorial que se estabelece deve ser, ao menos para o estudo das relações de negociação e poder, o mote norteador.

Em segundo lugar, põe-se um novo velho problema, ao menos nas esferas acadêmicas que transitam os medievalistas brasileiros, ou seja, na nossa produção local: o estudo do feudalismo com ênfase na Península Ibérica. Termo este que, me parece, amedrontar alguns deles, não sei se por desinteresse ou desconhecimento do que foi produzido nos últimos anos, principalmente, na Espanha.

Não se trata aqui de trazer à tona querelas bem localizadas, mas alertar que, talvez, no Brasil, os ânimos não estejam tão apaziguados como é possível observar na produção historiográfica sobre a guerra e, principalmente, sobre os senhorios episcopais ibéricos.

No mais, a perspectiva por mim adotada é a de pensar tais relações de poder e negociação nos senhorios episcopais por esta ótica de vinculações, muitas vezes, personalistas e ligadas às necessidades práticas do exercício monárquico e do poder senhorial-episcopal.

Deste modo, friso mais uma vez, a necessidade de nós pesquisadores do senhorio episcopal medieval observarmos a importância da guerra em sua configuração e desenvolvimento.

Por fim, esta pesquisa tem caminhado graças às conversas e debates mantidos com Leandro Duarte Rust (UFMT), Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva (UFRJ), Carlos Jesús Rodríguez Casillas (Universidad de Extremadura) e Rafael Costa Prata (UFS). A estes meu sincero agradecimento.

Referências

Fontes

Colección Diplomática. In: Minguella y Arnedo, T. (1910). *Historia de la Diócesis de Sigüenza y sus Obispos: Desde los comienzos de la Diócesis hasta fines del Siglo XIII*. Vol. 1. (pp. 347-389). Madrid: Imp. de la Revista de Arch., Bibl. y Museos.

Carrillo de Mendoza, A. (s/d). *Documentos de la Iglesia de Sigüenza*. [Manuscrito]. Biblioteca Nacional de España. Sección de Manuscritos, n. 13073. Nota de procedencia: Colección Andrés Marcos Burriel. Disponível em:

http://bibliotecadigitalhispanica.bne.es:80/webclient/DeliveryManager?pid=2711816&custom_att_2=simple_viewer. Último acesso: 17 de janeiro de 2012.

Minguela y Arnedo, T. (1910). *Historia de la Diócesis de Sigüenza y sus Obispos: Desde los comienzos de la Diócesis hasta fines del siglo XIII*. Vol. 1., Madrid: Imp. de la Revista de Arch., Bibl. y Museos.

Minguella y Arnedo, T. (1912). *Historia de la Diócesis de Sigüenza y sus Obispos: Desde principio del siglo XIV hasta comienzos del siglo XVII*. Vol. 2., Madrid: Imp. de la Revista de Arch., Bibl. y Museos.

Minguela y Arnedo, T. (1913). *Historia de la Diócesis de Sigüenza y sus Obispos: Desde principios del siglo XVII hasta fines del XIX*. Vol. 3., Madrid: Imp. de la Revista de Arch., Bibl. y Museos.

Muñoz y Romero, T. (1858). *Diccionario bibliográfico-histórico de los antiguos reinos, provincias, ciudades, villas, iglesias y santuarios de España*. Madrid: Imprenta y Esteriotipa de M. Rivadeneyra.

Poema de Mio Cid (2001). Edición de Colin Smith. Madrid: Catedra.

Bibliografia

Alvaro, B. G. (2013). *As Veredas da Negociação: Uma Análise Comparativa das Relações entre os Senhorios Episcopais de Santiago de Compostela e de Sigüenza com a Monarquia Castelhana-Leonesa na Primeira Metade do Século XII*. Rio de Janeiro, 2013. 300 p. (Tese de Doutorado em História Comparada) – Instituto de História/ Programa de Estudos Medievais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Barthélemy, D. (2002). Senhorio. In: Le Goff, J.; Schmitt, J.-C. (Coords.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Vol. 2 (pp. 465-476). Bauru, SP; São Paulo, SP: EDUSC; Imprensa Oficial do Estado.

Blázquez Garbajosa, A. (1988). *El Señorío Episcopal de Sigüenza: Economía y Sociedad (1123-1805)*. Guadalajara: Institución Provincial de Cultura Marqués de Santillana.

Blázquez Garbajosa, A. (1985). La reconquista de Sigüenza y su significación geopolítica regional. *Wad-al-Hayara: Revista de estudios de Guadalajara*, Guadalajara, 12, 35-42.

Bloch, M. (1982). *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70.

Alvaro, Bruno Gonçalves
Um estudo sobre a atuação guerreira dos bispos-senhores nos séculos XI e XII:
desmembramentos da pesquisa

Bobbio, N; Matteucci, N.; Pasquino, G. (1998). *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. UnB.

Donderis Guastavino, A. (2007). El Archivo Municipal de Sigüenza. *Anaquel: boletín de libros, archivos y bibliotecas de Castilla-La Mancha*, Toledo, 38, 38-39.

Donderis Guastavino, A. (2007). Fuentes Documentales para el estudio de Sigüenza en el Archivo Histórico Provincial de Guadalajara. *Boletín de la ANABAD*, Madrid, 57/1, 473-482.

Donderis Guastavino, A. (2009). La digitalización del Archivo Municipal de Sigüenza. *Anaquel: boletín de libros, archivos y bibliotecas de Castilla-La Mancha*, Toledo, 44, 31-32.

Flórez, H. (1752). (Ed.). *España Sagrada. Theatro Geographico-Historico de la Iglesia de la España*. Madrid: Real Academia de la Historia. Tomo VIII.

Fontana i Lázaro, J. (1977). *La revolución liberal (Política y hacienda, 1833-1845)*. Madrid: Instituto de Estudios Fiscales.

García Fitz, F. (1998). *Ejércitos y actividades guerreras en la Edad Media europea*. Madrid: Arco Libros.

García Fitz, F. (2008). *Las Navas de Tolosa*. Madrid: Ariel.

García Fitz, F. (2010). *La Reconquista*. Granada: Editorial Universidad de Granada.

García-Muñoz, A. E. G.; Sáez Sánchez, C. (2002). La comparación de dos cartularios: Celanova y Sigüenza. Privado. *Boletín auriense*, Galicia, 32, 105-116.

García-Muñoz, A. E. G. (2002) Originales y copias: la conservación en el Archivo de la Catedral de Sigüenza (siglo XII). In: Sáez Sánchez, C. (Ed.). VI Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita, Alcalá de Henares, 9-13 de julio de 2001, *Actas...* Vol. 2. (pp. 133-142). Madrid: Calambur Editorial (Libros y documentos en la Alta Edad Media. Los libros de derecho. Los archivos familiares).

Given, J. B. (1997). *Inquisition and Medieval Society: power, discipline and resistance in Languedoc*. Ithaca & Londres: Cornell University Press.

Gordo Molina, Á. G. (s/d). Alfonso VII, sucesión e *Imperium*. El príncipe cristiano en la *Chronica Adefonsi Imperatoris* y el diplomático regio como modelo de virtud. Fuentes crónicas e imagen del soberano de León. *Edad Media*. Disponible em: <http://edadmedia.cl/wordpress/wpcontent/uploads/2011/04/AlfonsoVIISucesioneImperium.pdf>. Último acceso: 28 de dezembro de 2011.

Alvaro, Bruno Gonçalves
Um estudo sobre a atuação guerreira dos bispos-senhores nos séculos XI e XII:
desmembramentos da pesquisa

Guerreau, A. (1998). El concepto de feudalismo: Génesis, evolución y significación actual. In: Estepa, C.; Placido, D. (Coords.); Trias, J. (Ed.). *Transiciones en la antigüedad y feudalismo* (pp. 91-116). Madrid: Fundación de Investigaciones Marxistas.

Guerreau, A. (2002). *El Futuro de un Pasado: La Edad Media en el Siglo XXI* (pp. 19-30) Barcelona: Crítica.

Guerreau, A. (1982). *O Feudalismo: Um horizonte teórico*. Lisboa: Edições 70.

Hespanha, A. M. (1994). *As Vésperas do Leviathan: Instituições e poder político (Portugal – séc. XVII)*. Coimbra: Almedina.

Manrique García, J. M. (2009). *Sangre en la Alcarria: Guerra en Sigüenza (1936-1939)*. Granada: Editorial Galland Books.

Martínez Gómez-Gordo, J. A. (1985). Sigüenza y Alfonso VI. *Wad-al-Hayara: Revista de estudios de Guadalajara*, Guadalajara, 12, 65-68.

Mendo Carmona, C. (2005). El cartulario como instrumento archivístico. *Signo: revista de historia de la cultura escrita*, Alcalá, 15, 119-137.

Ortiz de Villajos, S. de M. (2000). Los señoríos. En torno a una problemática para el estudio del régimen señorial. In: Ortiz de Villajos, S. de M. *Feudalismo, señorío y nobleza en la Castilla medieval* (pp. 137-204). Madrid: Real Academia de la Historia, 2000 (Coletânia de vários textos).

Reglero de la Fuente, C. M. (2005). Los obispos y sus sedes en los reinos hispánicos occidentales (Mediados del siglo XI – mediados del siglo XII: tradición visigoda y reforma romana (195-288). In: Semana de Estudios Medievales, 33, Estella, 18 a 22 de julio de 2005. *Acta... La reforma gregoriana y su proyección en la cristiandad occidental: siglos XI-XII*. Navarra: Departamento de Cultura y Turismo/ Institución Príncipe de Viana.

Sáez Sánchez, C. (1999). Documentos para ver, documentos para leer. *Anuario de estudios medievales*, Madrid, 29, 899-916.

Sáez Sánchez, C. (2006). Orden, conservación y ostentación: el cartulario de la catedral de Sigüenza (c. 1212). *Anuario de estudios medievales*, 36/1, 171-199.

Sáez Sánchez, C. (2001). Ordenar y conservar en la catedral de Sigüenza (siglos XII-XIII). In: Sáez Sánchez, C. (Coord.). *Paisajes de la cultura escrita*. (pp. 75-92). Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá de Henares.

Alvaro, Bruno Gonçalves
Um estudo sobre a atuação guerreira dos bispos-senhores nos séculos XI e XII:
desmembramentos da pesquisa

Sáez Sánchez, C. (2005). Origen y unción de los cartularios hispanos. *Anuario del Centro de Estudios Históricos*, Córdoba, 15/5, 37-48.

Sarasa Sánchez, E.; Serrano Martín, E. (Eds.) (2010). *Estudios sobre señorío y feudalismo (Homenaje a Julio Valdeón)*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico e Sarasa Sánchez, E.

Serrano Martín, E. (Coord.) (1994). *Señorío y feudalismo en la Península Ibérica (ss. XII-XIX)*. 4 Vols. Zaragoza: Institución Fernando el Católico.

Sevilla Muñoz, J. (1985). Una consecuencia de la reconquista de Guadalajara: la repoblación de Sigüenza por un obispo aquitano. *Wad-al-Hayara: Revista de estudios de Guadalajara*, Guadalajara, 12, 43-56.